

Editorial

A Revista *Educação em Foco* tem passado por intenso processo de aperfeiçoamento desde o ano de 2016. Assim, atualizamos o sistema que abriga a revista e migramo-la para uma versão mais atualizada, no sentido de garantir mais segurança e estabilidade ao sistema de acesso, que agora pode ser feito pelo link <<http://revista.uemg.br/index.php/educacaoemfoco>>. Ainda visando à melhor qualidade, obtivemos o DOI (*Digital Object Identifier*), em breve incorporado às edições da *Educação em Foco*.

Do ponto de vista da política editorial, estamos em processo de reformulação do nosso Corpo Científico, com o fim de aumentar a capilaridade da revista no campo científico da educação e o rigor, na medida em que esses novos pesquisadores atuarão no processo de consolidação dos pareceres, o que conferirá à Revista *Educação em Foco* maior agilidade no processo.

Neste número 30, apresentam-se 12 artigos originais que promovem a reflexão sobre a Educação, em consonância ao que Freire (1997) apregoa em relação a esse processo: a educação como “forma de intervenção no mundo”. Dessa forma, abrimos este número com o artigo de Santiago Álvarez García, “El papel de La educación em La filosofía moral de David Hume”, filósofo cuja crítica humana ao racionalismo moral e, conseqüentemente, às suas influências na área da Educação propicia mudança significativa para a compreensão dos objetivos da Educação moral, requisito para o aperfeiçoamento e para o refinamento das capacidades do indivíduo como espectador e como juiz imparcial da moral. Assim, a exposição do aprendiz às formas históricas de beleza, assim como à poesia, à literatura, ao estudo da história e da filosofia constituem-se como base da revolução pedagógica proposta por Hume.

Nas palavras de Santiago Álvarez García, a revolução pedagógica moderna resulta de “revoluciones mucho más profundas y de mayor recorrido: una, quizála principal, enel terreno de la filosofía moral y la antropología; la otra, vinculada en parte a la primera, em el territorio de la reflexión política”, na medida em que a transformação da percepção sobre a natureza humana, cujo elemento base é a reflexão moral, somar-se-á à do terreno das ideias políticas, o que repercutirá no ideal da Educação.

Dessa forma, ao mostrar o caráter contingente e evolutivo do critério moral de imparcialidade e a necessidade de se corrigir sua tendência de se tornar parte de seu desenvolvimento e de sua transmissão através da educação, Hume articula um modelo educativo que se volta para o indivíduo capaz de imparcialidade, tolerante e preparado para a assunção de ideias democráticas compatíveis com a liberdade individual e a justiça.

Para Hume, a equidade na análise histórica e evolutiva força a crítica quanto ao papel do educador e à própria educação, cuja presença de currículos suscetíveis a se

tornarem prejudiciais ao desenvolvimento da justiça o obriga a assumir a ideia de que, no processo educativo, a possibilidade de progresso moral seria primordial, sendo que “la educación nos acostumbraba de tal modo a censurar La injusticia y el vicio, que nos hacía olvidar La reflexión sobre sus perniciosas consecuencias que estaba a la base deljuicio” (HUME, 2014, p. 83).

Nesse momento em que a humanidade carece de conceitos como ética, imparcialidade, democracia, equidade etc. as reflexões trazidas por Santiago Álvarez García fazem-se extremamente relevantes e mostram que “No vincular [...] su magisterio em el terreno moral con una extensión de dichos paradigmas e ideas em el terreno educativo, [...] es, sinduda, um error mayúsculo”.

A Educação como processo continua em foco no artigo de Sônia Camara Rangel e Jodar de Castro Roberto. Em “Entre o ‘sonho e a ação’: a infância e sua educação nas crônicas de Cecília Meireles no jornal *Diário de Notícias*, de 1930 a 1932”, os autores buscam compreender as concepções de educação da infância que emergem dos escritos da jornalista e educadora Cecília Meireles.

A partir das 52 crônicas analisadas, subtraíram os sentidos de infância pobre, de educação moderna, de família e escola e da relação entre professores e alunos na visão de Cecília Meireles, “educadora engajada e comprometida em sonhar, pensar e intervir em defesa de um projeto de educação para o país”. Em meio ao embate travado na época entre os defensores da Escola Tradicional e o movimento da Escola Nova, a poetisa assumiu aguerridamente a defesa de uma “obra educacional que atendesse as novas diretrizes pedagógicas que se propagavam em vários países, considerados civilizados”, tomando posição e arregimentando esforços em defesa do direito da criança à educação e à escola.

Desse modo, assumiu, para Cecília Meireles, caráter essencial, a “relação entre teoria e prática no cotidiano escolar”, defendendo, assim, “que não bastava somente a leitura dos ‘modernos pedagogos’ e das suas ‘palavras eloquentes’, havia a necessidade da ação como forma de levar a termo as mudanças”, entre as quais se apresentava a “Escola Nova [...] como caminho capaz de fazer ‘ver o mundo infantil’, ‘revelando’ a escola e as possibilidades de dinamizar as suas relações cotidianas”.

Na visão de Sônia Camara Rangel e Jodar de Castro Roberto, centrada na “percepção da realidade educacional brasileira”, Cecília Meireles perseguia, com seus escritos, “a utopia de uma educação nacional laica e para ‘todos’ os indivíduos, independente de sexo ou das condições sociais”. Para tal, apregoava e escritora que o professor deveria travar “uma luta sem trégua em defesa do ‘projeto de criatura humana’” que elevasse “a criança, influenciando sobre o ambiente social que a cercava”.

Para Sônia Camara Rangel e Jodar de Castro Roberto, em seus “sonho e ação”, “Cecília Meireles assumiu como condição essencial a ideia da ‘escola para as crianças’, de uma escola que não se esquecesse da criança, mas que fizesse dela a sua razão

de existir”.

Ainda no tom de defesa de uma educação igualitária, Flávia Carolinda Silva e Lucimar Rosa Dias versam sobre a Educação das Relações Étnico-raciais (ERER) como um direito da educação, sobretudo da educação infantil, apregoando que se torna, na atualidade, primordial a discussão “sobre as ações discriminatórias para se detectar em que medida elas influenciam e aparecem no cotidiano educacional”.

Em “O direito a uma educação comprometida com a Educação das Relações Étnico-raciais”, as autoras entendem que o Estado, “instituição organizada de caráter administrativo impessoal”, deve ter como “uma de suas principais funções [...] mediar solicitações, necessidades, conflitos, entre outras questões, entre seus cidadãos/ãs”, provendo-os, equitativamente, de liberdade e de direitos.

A partir da apresentação de algumas políticas públicas voltadas para a educação das relações étnico-raciais e da apresentação de resultados de pesquisas anteriormente realizadas, como Francis (2015), Silva (2015), Santomé (2013), Pacífico (2011), Oliveira (2007), Teixeira (2006), Silva (2005), Gomes e Silva (2003), entre outras, as autoras concluem que ainda “faz-se necessário que as instâncias governamentais implantem e se comprometam com políticas de promoção de igualdade racial, na direção de garantir uma educação de qualidade, igualitária a todas as crianças”.

Continuando as reflexões que permeiam este número da revista *Educação em Foco*, no artigo “Tornar-se professora: da incorporação de capital cultural à estruturação do *habitus* professoral”, Eva Poliana Carlindo e Marilda da Silva investigam os investimentos culturais realizados por docentes. Para tal, constituem o *corpus* da pesquisa os depoimentos de quatro professoras atuantes do ensino fundamental de uma escola municipal do interior paulista. O texto se desenvolve a partir da metodologia da História Oral, com referencial teórico bourdieusiano, sobretudo pelas noções de *habitus* e de capital cultural, assim como pela técnica Análise de Conteúdo, segundo Laurence Bardin (1988), no intuito de revelar e de compreender o processo de angariação de cultura em distintas trajetórias escolares.

Em seu texto, Carlindo e Silva defendem “a estrita aquisição de conhecimentos e de culturas, em sentido bastante largo, para a realização do trabalho pedagógico de alta qualidade”. Assim, na percepção das autoras, “aquele que exerce a função pedagógica precisa dominar com habilidade os preceitos conceituais que se dispõe a transmitir entre seus alunos”.

Após a análise dos relatos de vida das professoras entrevistadas, concluem as autoras “que o investimento em aquisição de cultura, em suas múltiplas formas, ainda é baixo, o que inflexiona a estruturação de um *habitus* professoral que invista na angariação e na incorporação cultural para além dos espaços escolarizados”.

Pensando também a profissão docente, o texto “Interfaces entre identidade profissional e saber da Enfermagem: caracterização de um grupo de enfermeiras docentes”, de

Silvana Rodrigues da Silva e Graça Aparecida Cicillini, objetiva caracterizar um grupo de enfermeiras docentes e analisar as práticas pedagógicas utilizadas no Estágio Supervisionado em Enfermagem, mesmo que discutir a profissionalização docente e a identidade profissional não seja tarefa simples, principalmente por trazer, em sua trajetória histórica, grandes embates epistemológicos, filosóficos e políticos.

Na interpretação de Silva e Cicillini, a identidade profissional está associada às disposições pessoais em relação a uma profissão e ao sentimento de pertencimento a um grupo de pessoas em comum à produção de conhecimento. Desse feita, o artigo procura caracterizar a tênue diferença entre a profissionalidade e a profissionalização docente na área da Enfermagem. Para as autoras: “Apesar de haver preocupação, por parte dos enfermeiros, quanto à busca por fundamentação pedagógica para atuarem nos cursos de graduação em Enfermagem, nem sempre foi dada a devida valorização para essa área, uma vez que não há exigência de formação pedagógica específica para o exercício da docência no Ensino Superior”.

Por meio de abordagem quantitativa e qualitativa, a partir de três recursos metodológicos (questionário, observação não participante e entrevistas semiestruturadas), compuseram um *corpus* resultante da atuação e das ponderações feitas por 24 docentes, constatam que “os docentes estão arraigados à concepção de Educação fundamentada na racionalidade técnica”, mesmo que haja “indícios de que esses professores acrescentam novas atitudes em sua atuação, lançando mão de outras formas de ensinar, com um fazer mais criativo, interacionista e dialógico com os sujeitos que os cercam”.

Ainda na vertente da formação de professores, com o objetivo de conhecer qual formação tem o professor formador na Educação a Distância, como foi se constituindo e quais as suas condições de trabalho, Váldina Gonçalves da Costa discute conceitos como formação, identidade e trabalho.

Em “Professores formadores da Licenciatura na Educação a Distância (EaD): formação, identidade e trabalho”, a autora considera “que o professor formador que atua nos cursos de Licenciatura é o responsável pela formação dos professores que irão atuar na educação básica”; entretanto, “na Educação a Distância (EaD), esse contexto de formação é marcado por tempo e espaços diferenciados”. Assim, pensar esse aspecto, na visão de Váldina Gonçalves da Costa, deve ser premissa para a construção de modelos, currículos, políticas e diretrizes dos cursos de formação de professores.

A pesquisa, de natureza qualitativa, utilizou entrevista semiestruturada para a produção dos dados, o que permite maior diálogo entre os sujeitos advindos de “instituições que já tinham formado a primeira turma de Licenciatura e que tinham sede na cidade de Uberaba”, Minas Gerais. Os dados coletados foram organizados por eixos de análise – a saber: escolha da profissão docente, inserção dos docentes na EaD, especificidades do trabalho na EaD – que permitiram verificar que os professores formadores investigados “foram se constituindo como formadores na EaD de acordo

com o contexto em que viviam, ou seja, a partir das relações estabelecidas no âmbito do trabalho”.

Em “Trabalho docente e capital em crise: articulações no cenário de reforma educacional brasileira centrada na LDB 9394/96”, Valdemarin Coelho Gomes, Ana Joza de Lima e Betania Moreira de Moraes, em consonância com as discussões até então empreendidas neste número 30 da Revista *Educação em Foco*, promovem uma reflexão sobre “as mudanças vivenciadas no âmbito do trabalho docente na educação básica, estabelecidas no conjunto de reformas do setor educacional do Brasil nas últimas décadas”. Para tal, orientam-se pela abordagem teórico-metodológica da ontologia do ser social, fundada por Marx e apreendida por Lukács, o qual define ser “o ser social [...] a articulação complexa, dinâmica e indissociável entre dois polos, indivíduo e gênero humano, estando o fator predominante dessa relação nesse último”.

Desse modo, a pesquisa de Gomes, Lima e Moraes parte da identificação de determinações essenciais do processo de humanização; assim, concebe o trabalho como “fundamento da existência social do homem” e a educação como “o primaz instrumento de articulação entre o indivíduo e seu gênero”, para, então, debruçar-se “sobre a LDB e suas implicações no complexo educacional escolar e no trabalho do professor”.

A partir da discussão travada em seu texto, Valdemarin Coelho Gomes, Ana Joza de Lima e Betania Moreira de Moraes entendem “que, para elucidar o processo de precarização que vem sendo efetuado no trabalho dos professores da educação básica, se faz necessário apreender as determinações mais gerais da forma de sociabilidade regulada pelo capital e suas reverberações no campo da educação”, o que torna imperativa “a compreensão das reformas educacionais e sua relação com o contexto mais amplo do mundo do trabalho”.

Ao se pensar a Educação, não há como se furtar da reflexão sobre a autonomia financeira das escolas, o que fazem Antonio Nilson Gomes Moreira e Sofia Lerche Vieira a partir de partir de busca, nas bases de dados da CAPES-MEC e da BDTD-MCT, por teses e dissertações que tratam da questão. Para os autores, a autonomia financeira da escola deve ser “compreendida como a transferência de recursos do ente (União, estados, Distrito Federal, municípios) para escolas de sua rede, em cumprimento do disposto no Art. 15 da Lei 9.394/96”.

Foram analisados 12 trabalhos (1997 a 2015), verificando-se problemas, pressupostos teóricos, métodos analíticos e resultados encontrados. Em “Autonomia financeira da escola em teses e dissertações (1997-2015)”, Moreira e Vieira levantam que “os trabalhos situam a escola como um órgão de sistema, com autonomia relativa, mas sempre podendo fazer algumas escolhas, responsabilizando-se por elas”; entretanto, quando se foca a “gestão democrática, poucos [...] afirmaram ser propiciada ou possibilitada a partir da autonomia financeira”.

Para os autores, nos trabalhos analisados, há, em maior escala, inquietação quanto aos “impactos na gestão da escola, decorrentes do processo de implementação”; em segundo plano, encontram-se “reflexões sobre as contribuições dessa iniciativa para a gestão democrática e para os resultados na aprendizagem dos educandos”.

A partir das discussões apresentadas nos trabalhos analisados, concluem Moreira e Viera que as teses e dissertações sugerem “ter a autonomia financeira da escola colaborado para a institucionalização da gestão democrática, por induzir à incorporação da presença de todos os segmentos em seu funcionamento”.

Ainda se pensando na Educação como processo, Lisandra Ogg Gomes e Maria Alice Nogueira, em “A excelência escolar em uma escola pública de ensino médio”, apresentam resultados de estudo que examina a realidade do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Viçosa (CAp/COLUNI/UFV), que se notabiliza pela excelência escolar, a partir da visão dos seus estudantes. As autoras justificam a escolha do CAp/COLUNI/UFV por dois critérios: o primeiro, “em razão da trajetória contínua de sucesso dos seus alunos que, desde os anos 2000, têm conquistado um alto desempenho” no ENEM e em “vestibulares eminentemente seletivos”; o segundo critério, que resultou na escolha de estudantes “terceiranistas”, cujas falas comporiam o *corpus* da pesquisa, foi a “trajetória contínua” no Colégio, local e tempo em que esses alunos vivenciaram, “de forma direta e intensa, as normas, as regras e as práticas pedagógicas daí decorrentes”.

Nas palavras de Lisandra Ogg Gomes e Maria Alice Nogueira: “A infraestrutura, os recursos humanos e as práticas pedagógicas qualificam o ensino prestado por esse Colégio, que apresenta uma grade curricular diferenciada, alta formação do seu corpo docente e ótimas condições de trabalho. Nesse sentido, identificar e conhecer as características dessa instituição permite detectar as condições requeridas para a constituição da excelência acadêmica, bem como quais os grupos sociais que têm acesso a esse estabelecimento”.

Segundo dados do Ministério da Educação, 24,8 milhões de estudantes de escolas públicas do Brasil possuem acesso à tecnologia, o que corresponde a mais de 60% do número de alunos matriculados no Brasil, conforme o Censo Escolar de 2015. Tal realidade faz preponderante a discussão sobre os “Saberes necessários aos professores do ensino superior para o uso adequado das TIC’S no desenvolvimento de suas aulas”. Márcia Regina Gonçalves Cardoso e Guilherme Saramago de Oliveira buscam, assim, “investigar as novas tecnologias da informação e da comunicação aplicadas à Educação”, analisando os “saberes que compõem a profissionalidade docente” e como e “se têm propiciado exemplos de utilização inovadora das TIC’s” e identificando, por conseguinte, “os saberes necessários aos professores dos cursos de licenciaturas para a integração das TIC’s em sua prática pedagógica”.

Para os autores, o modo como as tecnologias serão usadas depende do professor, que poderá inovar a sua prática ou simplesmente usá-las para reproduzir técnicas tradicionais de ensino.

Estudo teórico bibliográfico, de natureza qualitativa, apregoa a ideia de as tecnologias estarem “presentes na formação inicial dos professores”, afinal, na interpretação de Cardoso e Oliveira: “O professor aprende, na ação, os saberes necessários para a utilização dos novos recursos e das linguagens digitais. É preciso, porém, que seja uma aprendizagem na prática, mas apoiada na reflexão sobre as reais potencialidades e contradições dessas novas tecnologias”.

Os dois últimos artigos deste número 30 da Revista *Educação em Foco* versam sobre uma questão que assombra os bancos escolares: a leitura. De acordo com os dados da 4ª edição da pesquisa “*Retratos da Leitura no Brasil*” (2016), em 2015, 104,7 milhões de brasileiros são considerados não leitores, aqueles que não leram nenhum livro nos últimos três meses. Assim, pensar a leitura literária faz-se premente.

Em “Para além da fruição: um enlace entre literatura infantil e autorregulação da aprendizagem na Educação Infantil”, Adriana Batista de Souza Koide, Jussara Cristina Barboza Tortella e Maria Sílvia Pinto de Moura Librandi da Rocha desenvolvem pesquisa em uma escola pública de Educação Infantil, no município de Campinas, SP, com o objetivo de compreender como a literatura infantil, vista como espaço de fruição, pode ser utilizada para a aprendizagem de estratégias da autorregulação.

Para as autoras, com base nos pressupostos de Reuven Feuerstein, a autorregulação seria “a capacidade para modificar pensamentos, sentimentos e ações, planejados e adaptados para a obtenção de objetivos determinados”, processo indispensável na aprendizagem, tendo em vista que “envolve a capacidade do indivíduo em estabelecer objetivos e em transformar aspectos cognitivos, motivacionais e comportamentais”.

Koide, Tortella e Rocha entendem a literatura, mais especificamente, a infantil, como “objeto de ensino inacabado, dinâmico; é fruição e conhecimento, que acontece através da relação entre a criança e o texto literário”. Dessa forma, pelas narrativas produzidas por crianças de 2 a 6 anos, a partir da leitura das obras *Anton e as meninas* (KÖNNECKE, 2013), *Vai embora grande monstro verde* (EMBERLEY, 2009), *Meu coração é um zoológico* (HALL, 2011) e *Lá vem o homem do saco* (RENNÓ, 2013), concluem que, “ao impulsionar as estratégias da autorregulação da aprendizagem, por meio da literatura infantil, a aprendizagem mediada favorece o entendimento sobre o ato de aprender baseado na construção de processos mais autônomos, que contribuirá para a formação de pessoas competentes, tanto dentro quanto fora do cotidiano educativo”.

Ainda se focando o ato de ler, Janete Ribeiro Nhoque, Cláudia Suéli Weiss e Adair de Aguiar Neitzel problematizam a potência da literatura, ponderando sobre como ela pode ser mediada em sala de aula, ampliando, por conseguinte, a formação estética dos leitores.

Em “Mediação de leitura: o olhar dos alunos sobre o trabalho com textos literários”, os autores utilizam-se da concepção de literatura frutiva, em que se é possível perceber,

na obra lida, a obra, de “o jogo das palavras, as dobras dos textos, os espaços que permitem trocas entre o leitor e autor, para que esta [obra] toque, o afete, seja capaz de ampliar seus horizontes”, como expõe Weiss (2016).

A investigação é feita em uma escola do município de Indaial, Santa Catarina, e parte da análise de conteúdo das narrativas de alunos do 8º ano do ensino fundamental, geradas a partir de momentos de leitura e de contação de histórias, de mediação literária, e da discussão de três textos: *A morte da Mariposa* (de Virginia Woolf), *O ovo e a galinha e Amor* (de Clarice Lispector).

Os resultados dessa pesquisa apontam que *i)* a escola, ao oferecer literatura, leva à sensibilização estética, a deslocamentos e à ampliação da visão do leitor; *ii)* por meio da mediação do professor, os alunos se colocaram encantados ou espantados diante dos textos; *iii)* o trabalho com a literatura na escola pode sim colaborar para a humanização dos sujeitos leitores, quando sua função estética é respeitada.

O que vemos, portanto, neste número 30 da Revista *Educação em Foco* são visões diferentes e abrangentes que analisam questões atuais do campo da educação, contribuindo, os autores dos textos aqui publicados, para enaltecer o nome de nosso periódico.

Assim, a cada um deles, desejo deixar registrado um particular agradecimento, ao mesmo tempo em que quero compartilhar a satisfação de termos produzido uma revista crítica, com artigos que se caracterizaram pelo rigor teórico e pelo compromisso político, sem deixar de lado a sensibilidade para captar as questões socioculturais mais candentes da atualidade. Como sempre, fico torcendo para que nosso trabalho siga produzindo reflexões fecundas e instigantes, contribuindo para que possamos inventar uma sociedade mais solidária.

Patrícia Goulart Tondineli
Pela equipe editorial